



PREFEITURA DE

**CAMPOS**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

## **RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

### **EXERCÍCIO FINANCEIRO 2017**

## 1. INTRODUÇÃO

O Executivo Municipal de Campos dos Goytacazes, através da Secretaria da Transparência e Controle, apresenta o Relatório do órgão Central de Controle Interno referente ao exercício de 2017, compreendendo os órgãos da Administração Direta, Indireta e Legislativo, conforme o inciso VII, artigo 3º da Deliberação TCE/RJ nº 285/18, incisos I e II do artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigos 75 a 80 da Lei Federal nº 4.320/64 e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/00.

O presente relatório é parte integrante da Prestação de Contas de Governo do Município de Campos dos Goytacazes, e abrange as contas do Poder Executivo, sob a responsabilidade do Sr. Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira (período de 01/01/2017 a 31/12/2017), incluindo seus órgãos, entidades e fundos.

Os valores constantes deste relatório foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, utilizado no âmbito Municipal.

## 2. ORÇAMENTO E ALTERAÇÕES

A Lei Orçamentária nº 8.743 de 09 de janeiro de 2017 aprovou o Orçamento para o exercício de 2017, o qual estimou a Receita em R\$ 1.585.395.968,00 (Um bilhão, quinhentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais) e fixou a despesa em igual valor. Após as alterações orçamentárias, o total autorizado resultou em R\$ 1.750.393.246,85 (Um bilhão, setecentos e cinquenta milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

Orçamento Inicial	Suplementar	Anulação	Orçamento Final
R\$ 1.585.395.968,00	R\$ 605.745.423,46	R\$ 440.748.144,61	R\$ 1.750.393.246,85

### 3. CUMPRIMENTO ÀS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

#### 3.1. CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

A consolidação das contas públicas de todos os órgãos da Administração Direta, Indireta, Fundação, Fundos e Empresas Públicas foram elaboradas nos moldes do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Deste modo, foi observado o Art. 50 da LRF c/c o Art. 2 da Deliberação TCE/RJ nº 285/18, conforme pode ser verificado nos demonstrativos e balanços consolidados juntados a esta Prestação de Contas.

Compõem a Prestação de Contas os órgãos abaixo:

Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes
Câmara Municipal
Fundo Municipal de Saúde
Fundo Municipal da Infância e da Adolescência
Fundo Municipal de Assistência Social
Fundo Especial da Câmara Municipal
Fundo Municipal de Cultura de Campos
Fundo Especial da Guarda Civil Municipal
Fundo Municipal dos Direitos Difusos
Fundo de Desenvolvimento de Campos
Fundo Municipal de Transporte
Fundo Municipal do Meio Ambiente
Fundo Municipal de Habitação
Fundo Municipal de Trabalho e Geração de Renda
Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima
Fundação Municipal de Esporte

*Subst*  
*Geop*

Fundação Municipal da Infância e da Juventude
Fundação Municipal de Saúde
Instituto Municipal de Transito e Transporte
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais
Companhia de Desenvolvimento do Município
Empresa Municipal de Habitação

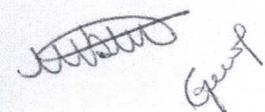
### 3.2. LIMITES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESTABELECIDOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A abertura de Créditos Adicionais, no montante de R\$ 605.745.423,46, já excluídas as exceções previstas na LOA encontra-se dentro do limite de 50% conforme autorizado no inciso II do art. 6º da Lei Orçamentária, observando-se o preceituado no inciso V do art. 167 da Constituição Federal, resultando em uma alteração de 38,21%.

A seguir estão demonstradas as Alterações Orçamentárias ocorridas no exercício de 2017.

DESCRIÇÃO	LIMITE 50% - LOA	EXCEÇÕES - LOA	TOTAL
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	155.089.070,19	2.110.000,00	<b>157.199.070,19</b>
SUPERÁVIT FINANCEIRO	9.908.208,66	5.734.031,30	<b>15.642.239,96</b>
ANULAÇÕES	440.748.144,61	77.652.449,69	<b>518.400.594,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>605.745.423,46</b>	<b>85.496.480,99</b>	<b>691.241.904,45</b>

### 3.3. AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DOS CRÉDITOS ADICIONAIS



Conforme inciso II do artigo 6º 8.743 de 09 de janeiro de 2017 (LOA) fica autorizado ao Poder Executivo abrir créditos suplementares até o limite de 50% da despesa total fixada no orçamento do município.

### **3.4. LIMITES COM ENDIVIDAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA, CONCESSÃO DE GARANTIAS**

#### **Operações de Crédito**

Com base nos relatórios contábeis não existe operação de crédito.

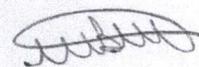
#### **Dívida Consolidada Líquida**

Foi cumprido o limite previsto no inciso II do artigo 3º da Resolução nº 40/01 do Senado Federal – 120% da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	VALORES	%
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	1.529.795.400,	36.37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	556.421.191,30	

### **3.5. LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL**

Conforme evidenciado no quadro abaixo, com valores extraídos do Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre/2017, o Município utilizou 53,17% das receitas correntes líquidas para aplicação em Pessoal e Encargos, percentual dentro do limite estabelecido na alínea “b”, inciso III, artigo 20 da LRF (54% da Receita Corrente Líquida).



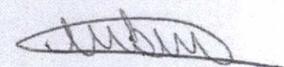
DESCRIÇÃO	VALORES	%
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	1.529.795.400,30	53,17
GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS	813.334.439,00	

### 3.6. LIMITES COM GASTOS EM FUNDEB E EDUCAÇÃO

O Município aplicou o percentual de 30,68% na manutenção e no desenvolvimento do Ensino, estando de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal.

TÍTULO	VALOR (R\$)
(A) – RECEITA COM IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	528.550.104,68
(B) GASTOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	85.369.383,27
(C) DEDUÇÕES – FUNDEB	76.834.929,30
(D) TOTAL DE GASTOS MDE (B+C)	162.204.312,57
(E) PERCENTUAL (D/A)	30,68%

A aplicação na Remuneração dos profissionais da Educação Básica superou o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB, conforme o artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/07, alcançando 80,90% do total aplicado.



O percentual mínimo para aplicação do FUNDEB de 95% (noventa e cinco por cento) também foi superado, chegando à 99,60%.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>(A) SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>712.402,12</b>
(B) RECURSOS RECEBIDOS A TÍTULO DO FUNDEB	178.763.231,02
(C) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB	716.793,97
(D) OUTROS CRÉDITOS	2.380.134,11
<b>(E) TOTAL DOS RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDEB (A+B+C+D)</b>	<b>182.572.561,22</b>
(F) REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO – EDUCAÇÃO BÁSICA	132.947.099,80
(G) OUTROS GASTOS COM ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	48.232.315,70
(H) RESTOS A PAGAR PAGOS	7.790,09
(I) VALORES PAGOS EM OUTRAS FONTES	
<b>TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS DO FUNDEB (F+G+H+I)</b>	<b>181.187.205,59</b>
<b>PERCENTUAL ALCANÇADO (MÍNIMO 95%)</b>	<b>99,24%</b>

### 3.7. LIMITES COM GASTOS EM SAÚDE

O percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde foi de **51,85%**, portanto, acima do percentual mínimo disposto no inciso III do Art. 77 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

TÍTULOS	VALOR (R\$)
(A) RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	608.158.652,50
(B) DESPESAS REALIZADAS COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	315.350.870,40

(C) PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (B/C)

51,85%

### 3.8. APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES

A arrecadação dos recursos oriundos da participação especial atingiu o valor de R\$ 125.808.462,57, portanto suficiente para cobrir as despesas com pessoal que somaram o montante de R\$ 103.573.046,74. Os recursos dos Royalties do Petróleo foram aplicados nas despesas abaixo demonstradas:

DESCRIÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	AMORT. DA DÍVIDA (PARC. FGTS /INSS)	INVERSÃO FINANCEIRA	TOTAL
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>103.573.046,74</b>	<b>373.967.659,43</b>	<b>1.424.858,93</b>	<b>12.142.704,00</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>493.108.269,10</b>

### 3.9. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL

O limite do repasse do Executivo para o Legislativo não foi respeitado, contrariando o disposto no Artigo 29-A da Constituição Federal/88, demonstrado a seguir.

Memória de Cálculo Repasse a Câmara			
Base 2016- Exercício 2017		Repasse	
Receitas	Realizado	%	Valor
IPTU	R\$ 42.215.496,52	5	R\$ 2.110.774,83
IRRF	R\$ 74.295.223,74	5	R\$ 3.714.761,19
ITBI	R\$ 17.421.416,29	5	R\$ 871.070,81
ISSQN	R\$ 89.335.429,86	5	R\$ 4.466.771,49
Taxas	R\$ 16.898.138,07	5	R\$ 844.906,90
Contribuições	R\$ -	5	
Contribuição Iluminação Pública	R\$ 10.115.954,75	5	R\$ 505.797,74
FPM	R\$ 49.613.319,55	5	R\$ 2.480.665,98

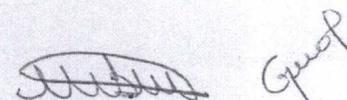
ITR	R\$ 658.118,26	5	R\$ 32.905,91
LC- 87/96	R\$ 768.553,56	5	R\$ 38.427,68
ICMS	R\$ 214.594.756,39	5	R\$ 10.729.737,82
IPVA	R\$ 29.701.557,46	5	R\$ 1.485.077,87
IPI Exportação	R\$ 5.295.014,86	5	R\$ 264.750,74
Cide	R\$ 376.301,28	5	R\$ 18.815,06
Multas e Juros de mora de Tributos	R\$ 1.640.078,94	5	R\$ 82.003,95
Multas e Juros dívida ativa	R\$ 3.275.385,57	5	R\$ 163.769,28
Dívida Ativa Tributária	R\$ 13.650.391,66	5	R\$ 682.519,58
<b>Total Receita</b>	<b>R\$ 569.855.136,76</b>	<b>5</b>	<b>R\$ 28.492.756,84</b>

Limite de Repasse Permitido- Art. 29-A	Repasse Realizado	Repasse Recebido abaixo do Limite
R\$ 28.492.756,84	R\$ 28.492.756,84	R\$ 0,00

Orçamento Final da Câmara	Repasse Realizado	Repasse Realizado acima do Orçamento
R\$ 31.183.000,00	R\$ 28.492.756,84	R\$ 0,00

### 3.10. REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

A Contribuição Patronal do RPPS paga no exercício totalizou R\$ 27.584.695,19 , já incluída a parcela de multas/juros de mora.



### 3.11. INFORMAÇÕES À RESPEITO DO CONTROLE EFETUADO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS, BEM COMO DOS DIREITOS E HAVERES DO MUNICÍPIO

#### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Município não efetuou operações de crédito no exercício de 2017.

#### AVAIS E GARANTIAS

Não houve no exercício de 2017 concessão de garantia em operações de crédito interna/externa.

### 3.12. AVALIAÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO E DO ORÇAMENTO

#### RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do exercício foi deficitário no valor de R\$ **48.481.415,38**, conforme demonstrado a seguir.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	DÉFICIT
RECEITA ARRECADADA	1.614.763.288,93	
DESPESA REALIZADA	1.663.244.704,31	<b>48.481.415,38</b>

#### RESULTADO FINANCEIRO DE 2017

Pela análise do resultado financeiro do exercício de 2017, que apresentou Déficit Financeiro de **R\$ 46.771.571,61**, já deduzido o Regime Próprio Previdenciário (RPPS).

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	DÉFICIT
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERC. ANTERIOR	159.698.405,47	-
		<b>46.771.571,61</b>

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERC. SEGUINTE	112.926.833,86	
--	----------------	--

## AVALIAÇÃO DE METAS ORÇAMENTÁRIAS

Tomando por base os programas e suas respectivas ações, executadas na forma de projetos e atividades destacam-se a seguir a avaliação das principais metas estabelecidas no Plano Plurianual para o período de 2014/2017 (Lei nº 8.533, de 01 de janeiro de 2014), Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 (Lei nº 8.707 de 29 de junho de 2016), Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2017 e suas alterações (Lei nº 8.743 de 09 de janeiro de 2017 e demais Leis autorizativas).

### 4. COMPROVAÇÃO DA LEGALIDADE E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA E PATRIMONIAL

#### 4.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

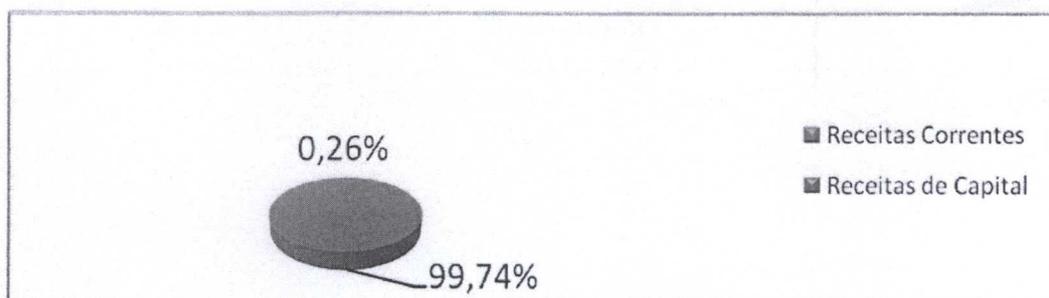
##### 4.1.1. RECEITA

A Receita Prevista inicialmente para o exercício financeiro de 2017 corresponde ao valor de R\$ 1.585.395.968,00 (Um bilhão, quinhentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil e novecentos e sessenta e oito reais), enquanto a Receita Atualizada totalizou R\$ 1.750.393.246,85 (Um bilhão, setecentos e cinquenta milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos). A Receita Arrecadada soma o montante de R\$ 1.614.763.288,93 (Um bilhão, seiscentos e quatorze milhões, setecentos e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos). Ao compararmos a Receita Atualizada e a Arrecadada, verifica-se uma frustração de arrecadação no valor de R\$ - 135.629.957,92 (Cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos).



### CATEGORIA ECONÔMICA DE RECEITA

Do total das Receitas Arrecadadas, 99,74% correspondem a Receitas Correntes, R\$1.610.702.600,65 (Um bilhão, seiscentos e dez milhões, setecentos e dois mil, seiscentos reais e sessenta e cinco centavos), incluindo as deduções, 0,26 % as Receitas de Capital, R\$ 4.060.688,28 (Quatro milhões, sessenta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos).



### RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes arrecadadas no ano de 2017 somam um montante total de R\$ 2.034.782.973,90 (Dois bilhões, trinta e quatro milhões, setecentos e oitenta e dois mil, novecentos e setenta e três reais e noventa centavos), dividindo-se em Receitas Próprias, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.

As Receitas Próprias do município arrecadadas no exercício de 2017 totalizam R\$ 554.875.257,84 (Quinhentos e cinqüenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinqüenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), sendo a sua maior parte oriunda da Receita Tributária, que corresponde ao valor de R\$ 218.421.721,46 (Duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e vinte e um mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos), representando 39,36% das Receitas Próprias. As demais Receitas Próprias do município perfazem um valor de R\$ 336.453.536,38 (Trezentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e cinqüenta três mil, quinhentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos) e são compostas de Receitas de Contribuições, Patrimoniais e de Serviços.

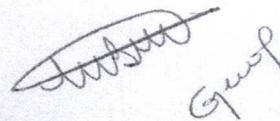
As Transferências Intergovernamentais – Cota parte dos Royalties, ICMS, IPVA, FUNDEB, SUS e outras – têm parcela significativa na composição das Receitas Correntes da Prefeitura com um total de R\$ 1.159.023.492,95 (Um bilhão, cento e cinqüenta e nove milhões, vinte e três milhões, quatrocentos e noventa e dois mil e noventa e cinco centavos), representando 71,96% da Receita Corrente Arrecadada em 2017.

Outras Receitas Correntes perfazem um total de R\$ 23.896.933,59 (vinte e três milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e três reais e cinqüenta e nove centavos), sendo compostas em sua maioria por Receita de Dívida Ativa que representa R\$ 13.793.876,99 (Treze milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos).

## **RECEITAS DE CAPITAL**

Em 2017 a Receita de Capital foi de R\$ 4.060.688,28 (Quatro milhões, sessenta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos).

## **RECEITAS POR FONTES DE RECURSOS**



No quadro a seguir é demonstrado, em percentuais, o comportamento das principais fontes de recursos do Município:

FONTE	NOME DA FONTE	RECEITA ATUALIZADA	RECEITA ARRECADADA ANO	%
0100	ORDINARIO	564.284.527,81	554.875.257,84	34,36%
0103	CONTRIBUICAO REGIME PROPRIO PREVIDENCIA	228.150.000,00	144.837.371,14	8,97%
0111	ALIENACAO DE ATIVOS	0,00	222.045,49	0,01%
0144	TRANSFERENCIAS DE ROYALTIES	503.465.101,27	481.965.010,33	29,85%
0210	ARRECADACAO PROPRIA - ADM INDIRETA	39.625.041,11	33.036.196,73	2,05%
0214	TRANSFERENCIA SUS	26.300.668,00	27.155.589,14	1,68%
0215	FNDE	38.888.200,00	37.669.644,15	2,33%
0218	TRANSFERENCIAS FUNDEB - MAGISTERIO	180.800.000,00	179.480.024,99	11,11%
0220	FNS MEDIA COMPLEXIDADE	118.510.000,00	118.598.511,44	7,34%
0220	MEDIA E ALTA COMPLEX. - FNS	0,00	102.182,23	0,01%
0223	TRANSF. CONVENIOS - SAUDE	0,00	21,67	0,00%
0223	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - SAUDE	6.057.000,00	72.594,76	0,00%
0224	TRANSF. CONVENIOS OUTROS	1.180.000,00	472.323,08	0,03%
0229	TRANSF. RECURSOS - FNAS/SUAS	4.480.000,00	7.385.938,06	0,46%
0290	OPERACOES DE CREDITO INTERNA	1.200,00	0,00	0,00%
0299	OUTRAS FONTES	28.743.300,00	28.884.669,99	1,79%
0888	RECURSOS NAO ORCAMENTARIOS	0,00	5.907,89	0,00%
TOTAL		1.740.485.038,19	1.614.763.288,93	100,00%

As Receitas Ordinárias e configurou a principal receita do Município. Sua participação na Receita Total Arrecadada, em 2017, corresponde a 34,36%.

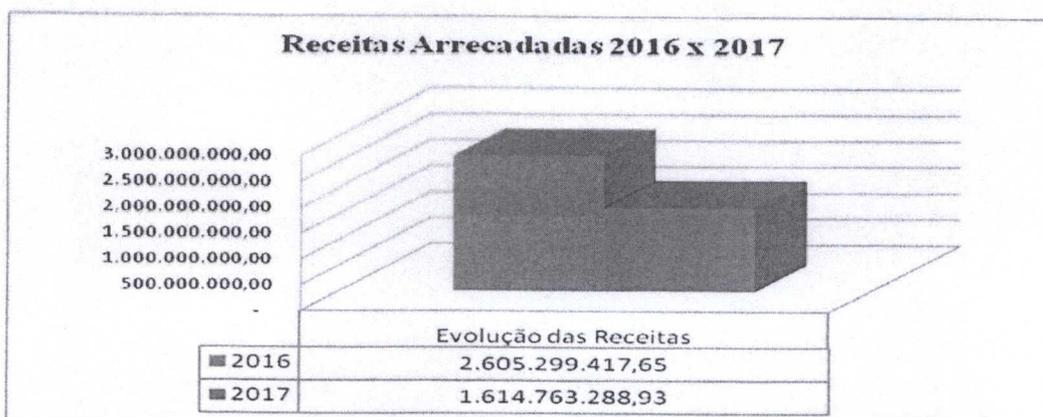
### RECEITA POR ORIGEM

O quadro abaixo mostra os valores das espécies de receitas no exercício de 2017 junto com as suas respectivas participações percentuais em grupo de receitas.

CONTA	TITULO	PREVISTA	ATUALIZADA	ARREC. NO ANO	DIFERENCA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.578.984.768,00	1.734.073.838,19	1.610.702.600,65	-123.371.237,54
1100.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	224.218.300,00	227.353.300,00	218.421.721,46	-8.931.578,54
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	111.450.000,00	111.450.000,00	85.541.765,25	-25.908.234,75
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	132.250.846,00	162.131.289,28	100.546.765,25	-61.584.524,03
1600.00.00	RECEITA DE SERVICOS	25.523.800,00	25.858.697,83	22.857.302,10	-3.001.395,73
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.066.629.022,00	1.185.204.123,27	1.159.438.290,68	-25.765.832,59

1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.912.800,00	22.076.427,81	23.896.933,59	1.820.505,78
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	6.411.200,00	6.411.200,00	4.060.688,28	-2.350.511,72
2200.00.00	ALIENACAO DE BENS AMORTIZACAO DE	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
2300.00.00	EMPRESTIMOS	5.500.000,00	5.500.000,00	1.616.251,28	-3.883.748,72
2400.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	810.000,00	810.000,00	2.444.437,00	1.634.437,00
7000.00.00	RECEITAS INTRA- ORCAMENTARIAS CORR	0,00		0,00	0,00
9000.00.00	DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE			0,00	
9200.00.00	RESTITUICOES	-	-	-	-
9700.00.00	DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE			-	
9800.00.00	RETIFICADORA	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.585.395.968,00</b>	<b>1.740.485.038,19</b>	<b>1.614.763.288,93</b>	<b>-125.721.749,26</b>

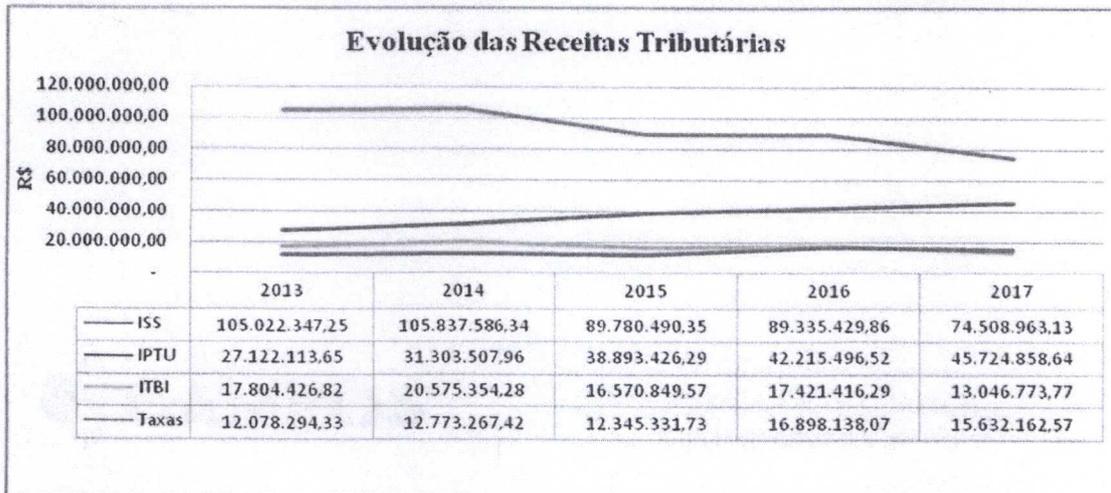
Comparando-se os resultados entre os exercícios de 2016 e 2017, houve uma queda de arrecadação da Receita correspondente a 61,95%; conforme ilustrado a seguir:



### DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

O gráfico a seguir apresenta o comportamento das principais receitas tributárias ao longo do tempo.

*[Handwritten Signature]*  
Guar



A Receita de ISS se configura como a principal Receita Tributária do município. Em 2017 atingiu R\$ 74.508.963,13 (Setenta e quatro milhões, quinhentos e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e treze centavos), o que representa uma queda de 19,9% em relação ao total registrado no ano anterior. A arrecadação do IPTU, por sua vez, totalizou o valor de R\$ 45.724.858,64 (Quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) em 2017, o que representa um aumento de 8,3% quando comparado ao total registrado no ano de 2016.

### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Em 2017 o município de Campos dos Goytacazes recebeu R\$ 1.159.438.290,68 (Um bilhão, cento e cinquenta nove milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa reais e sessenta e oito centavos) em Transferências Correntes.

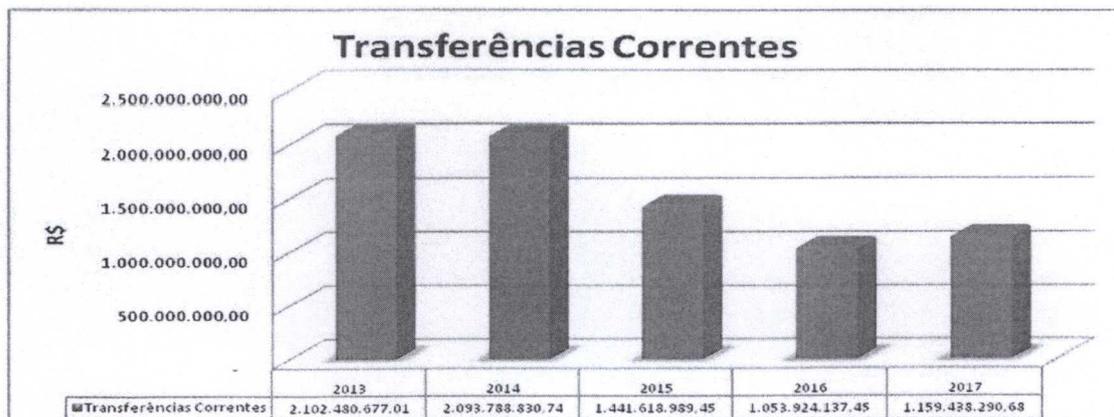
Verifica-se um acréscimo no montante de R\$ 105.514.153,23 (cento e cinco milhões, quinhentos e quatorze mil, cento e cinquenta e três reais e vinte e três centavos), em relação ao ano anterior, cujo total foi de R\$ 1.053.924.137,45 (Um bilhão, cinquenta e três milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos), representando um acréscimo de nas Receitas de Transferências Correntes de 10%.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	2013	2014	2015	2016	2017
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>2.102.480.677,01</b>	<b>2.093.788.830,74</b>	<b>1.441.618.989,45</b>	<b>1.053.924.137,45</b>	<b>1.159.438.290,68</b>
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.523.308.196,48	1.536.119.190,76	921.450.284,68	617.082.945,90	703.730.831,31
COTA PARTE F.P.M.	47.767.762,91	51.520.789,84	52.707.771,10	49.613.319,55	48.232.524,80
COTA PARTE ROYALTIES	1.311.737.484,96	1.288.409.821,84	696.684.049,23	381.319.346,32	467.658.778,59
TRANSFERÊNCIA DO SUS	117.029.489,96	137.340.433,17	126.973.183,62	134.218.569,47	141.630.877,04
FNDE	37.310.864,32	48.216.509,13	37.923.249,37	41.248.750,76	36.880.196,69
DIVERSOS	9.462.594,33	10.631.636,78	7.162.031,36	10.682.959,80	9.328.454,19
<b>TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>415.417.733,49</b>	<b>389.005.622,66</b>	<b>346.690.852,50</b>	<b>259.591.329,85</b>	<b>276.529.430,62</b>
ICMS	348.106.452,85	327.775.918,82	292.527.856,09	214.594.756,39	228.823.575,80
IPVA	25.900.365,17	29.452.771,99	31.756.287,54	29.701.557,46	28.820.346,63
IPI	8.627.776,95	8.872.166,69	6.365.194,25	5.295.014,86	4.947.045,72
COTA PARTE ROYALTIES	18.816.440,75	17.307.668,23	13.262.168,31	9.563.699,86	13.428.801,71
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	13.966.697,77	5.597.096,93	2.779.346,31	436.301,28	509.660,76
<b>FUNDEB</b>	<b>160.702.767,07</b>	<b>165.947.166,13</b>	<b>170.943.138,39</b>	<b>175.369.901,00</b>	<b>178.763.231,02</b>
<b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>3.051.979,97</b>	<b>2.716.851,19</b>	<b>2.534.713,88</b>	<b>1.879.960,70</b>	<b>414.797,73</b>

O gráfico a seguir demonstra a evolução ao longo dos últimos quatro anos das transferências correntes.



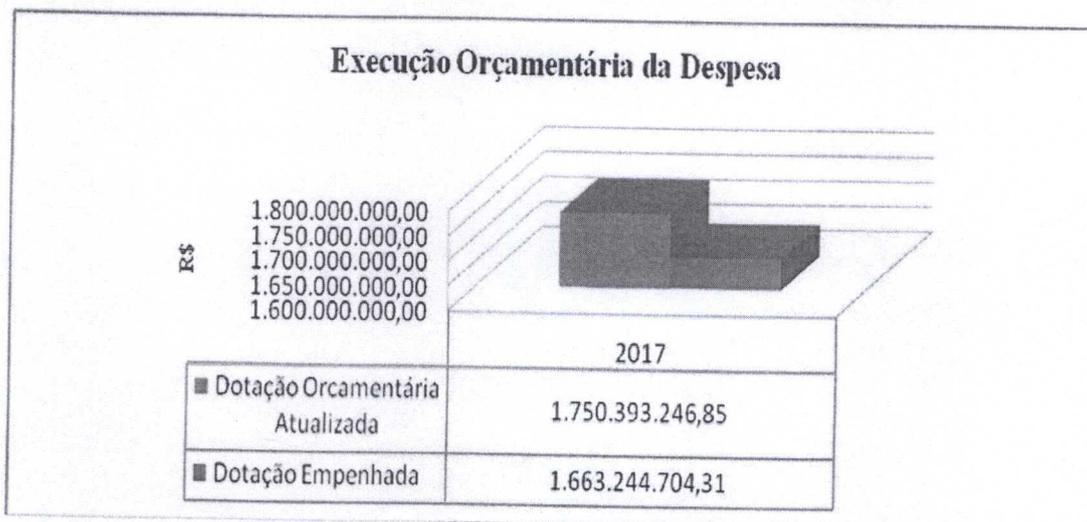
#### 4.1.2. DESPESA

##### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

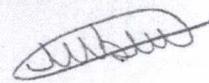
A dotação orçamentária inicial do exercício de 2017 prevista na Lei Orçamentária 8.743 de 09 de janeiro de 2017 foi no valor de R\$ R\$ 1.585.395.968,00

(Um bilhão, quinhentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais). O orçamento atualizado do exercício, por sua vez, corresponde a R\$ 1.750.393.246,85 (Um bilhão, setecentos cinquenta milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta seis reais e oitenta e cinco centavos).

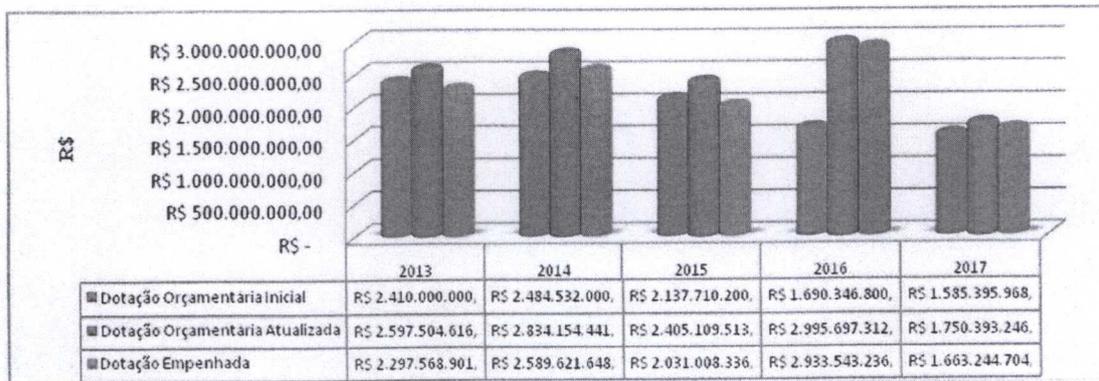
Do montante supracitado, a dotação empenhada para a execução dos programas e das ações sob a responsabilidade da Prefeitura corresponde a R\$ 1.663.244.704,31 (Um bilhão, seiscentos e sessenta e três milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quatro reais e trinta e um centavos).



Comparando-se a dotação empenhada em 2017 com a dotação do exercício anterior, verificou-se um acréscimo de R\$ 1.270.298.531,79 (Um bilhão, duzentos e setenta milhões, duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos), representando uma variação percentual de 43,30%.



Guop



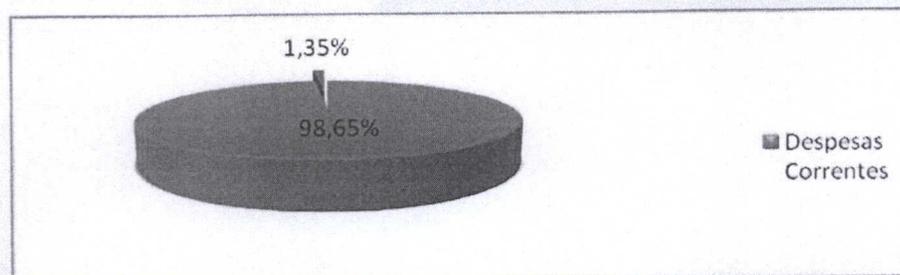
## CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA

### DESPESA CORRENTE

As Despesas Correntes, que correspondem às despesas com a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos em geral, somam um total de R\$ 1.640.735.669,20 (Um bilhão, seiscentos e quarenta milhões, setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte centavos), o que corresponde a 98,65% da despesa total do exercício.

### DESPESA DE CAPITAL

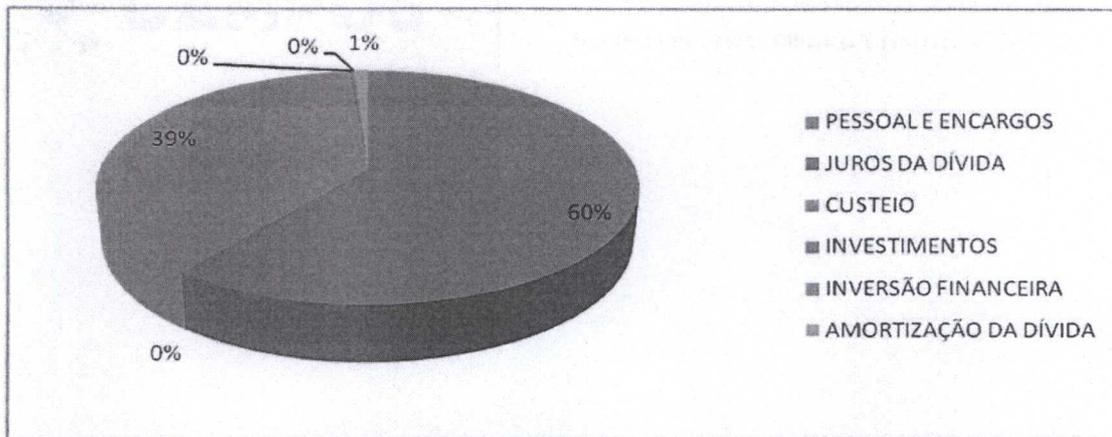
As Despesas de Capital, que correspondem a investimentos em infraestrutura, aquisição de bens e direitos e amortização do principal da dívida, atingiram um total de R\$ 22.509.035,11 (Vinte e dois milhões, quinhentos e nove mil, trinta e cinco reais e onze centavos), o que representa 1,35 % da despesa total do exercício.



*Assinado*  
*Guof*

### DESPESA POR GRUPO

As Despesas com Custeio representam 55,98% do total da Despesa Empenhada no exercício. O quadro e o gráfico a seguir apresentam os percentuais de realização nos principais grupos de despesas.

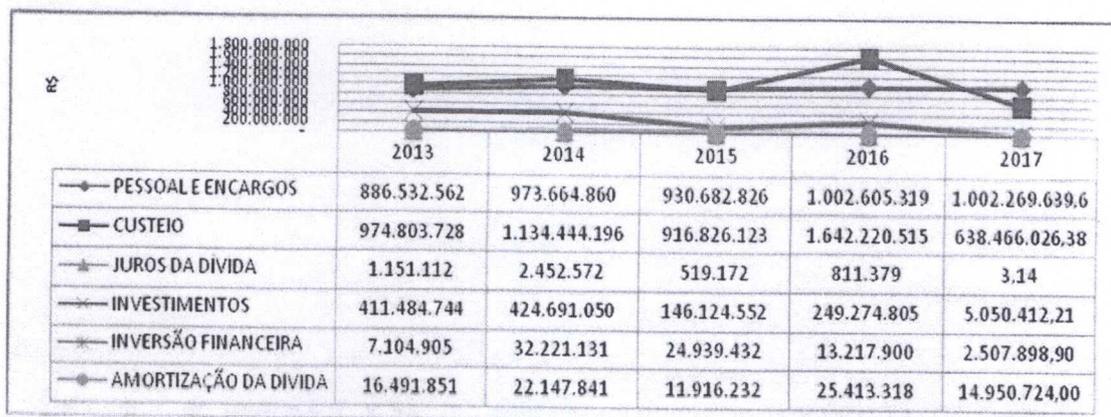


GRUPO DA DESPESA	DOTAÇÃO EMPENHADA	% EMPENHADA/TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS	1.002.269.639,68	60,26%
JUROS DA DÍVIDA	3,14	0,00%
CUSTEIO	638.466.026,38	38,39%
INVESTIMENTOS	5.050.412,21	0,30%
INVERSÃO FINANCEIRA	2.507.898,90	0,15%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.950.724,00	0,90%
<b>TOTAL</b>	<b>1.663.244.704,31</b>	<b>100,00%</b>

### EVOLUÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA DE GASTOS

Em 2017 a participação das Despesas de Capital no total das despesas da Prefeitura reduziu de 9,81% para 1,35%. O gráfico a seguir mostra a evolução das despesas nos últimos cinco anos:

*[Assinatura]* *Guop*



O gráfico abaixo mostra a evolução da despesa por natureza de gasto, em relação ao ano anterior:



### DESPESA POR FONTE DE RECURSOS

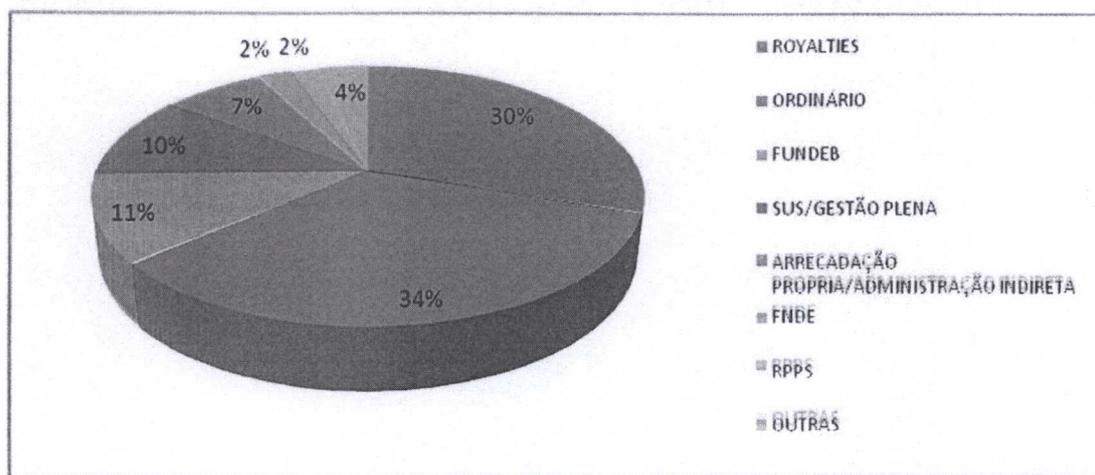
O total das despesas realizadas em 2017 com recursos dos Royalties do petróleo perfazem o total de R\$ 500.202.773,36 (Quinhentos milhões, duzentos e dois mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos), representando 30,07% da Despesa Total do exercício, demonstrado a seguir:

FONTES	DOTAÇÃO EMPENHADA	% EMPENHADA/TOTAL
ROYALTIES	500.202.773,36	30,07%
ORDINÁRIO	558.801.652,95	33,60%
FUNDEB	181.503.798,39	10,91%
RPPS	174.023.310,58	10,46%
SUS/GESTÃO PLENA	119.661.217,68	7,19%

*[Handwritten signature]* *Quof*

FNDE	37.650.397,99	2,26%
ARRECAÇÃO PRÓPRIA/ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	32.650.467,52	1,96%
OUTRAS	58.751.085,84	3,53%
<b>TOTAL</b>	<b>1.663.244.704,31</b>	<b>100,00%</b>

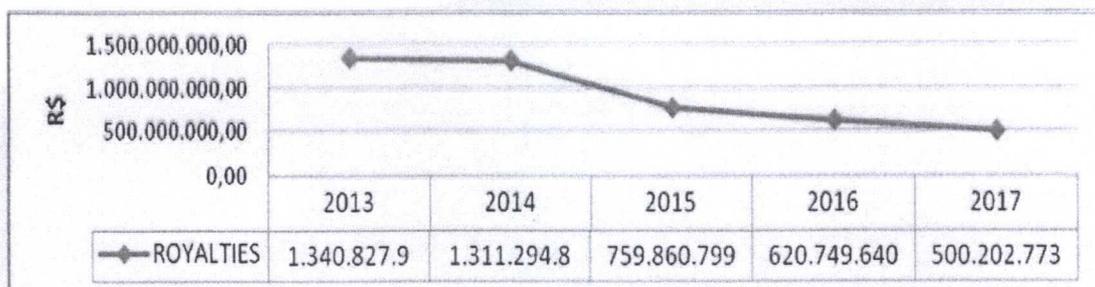
O gráfico abaixo demonstra a participação da dotação de cada Fonte, em relação ao total.



### DESPESAS COM ROYALTIES

Em 2017 as despesas com recursos dos Royalties de Petróleo, tiveram uma diminuição de 19,42% em relação a 2016.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da despesa com royalties nos últimos anos.



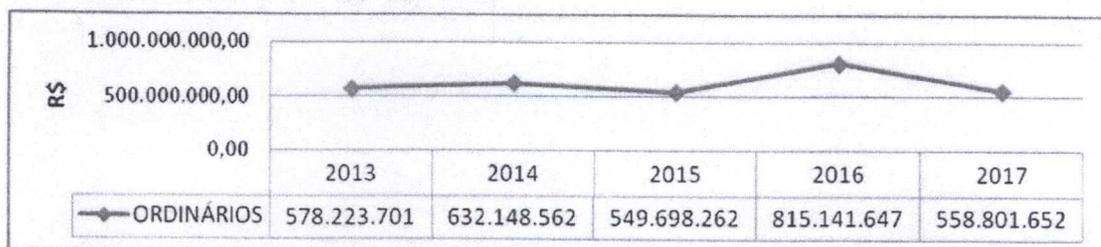
*Guof*

*[Handwritten signature]*

## DESPESAS COM RECURSOS ORDINÁRIOS

Em 2017 as despesas com recursos dos Recursos Ordinários, tiveram um decréscimo de 31,45% em relação a 2016.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da despesa com ordinários nos últimos anos.



## APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS FUNÇÕES E PROGRAMAS DE GOVERNO

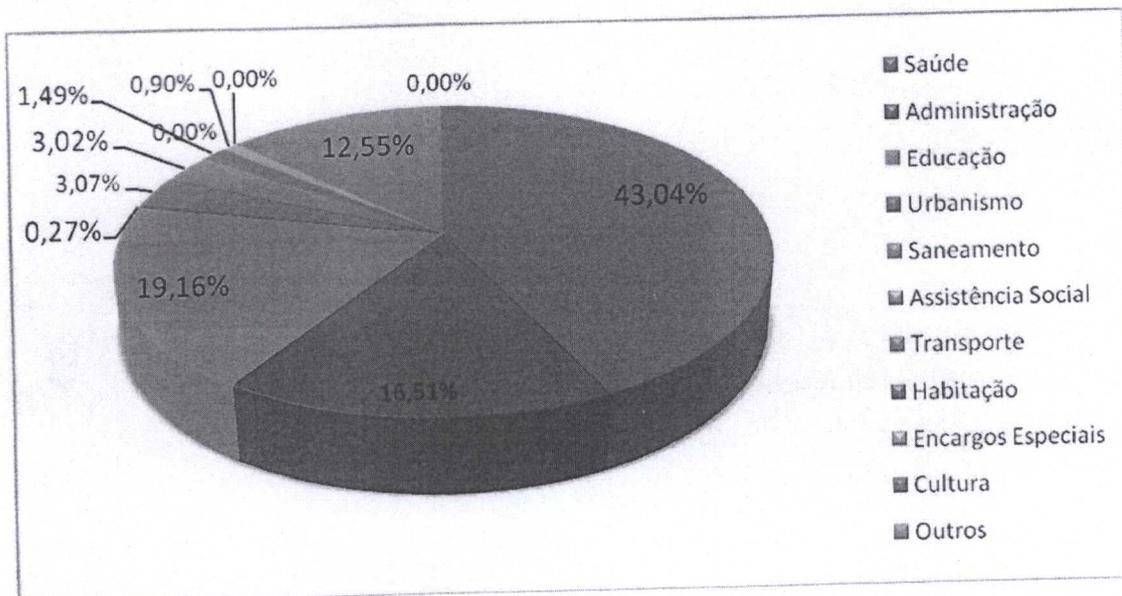
### FUNÇÕES DE GOVERNO

As despesas realizadas nas funções de governo representam a atuação da Administração Municipal no desenvolvimento das políticas públicas estabelecida na Lei de Orçamento.

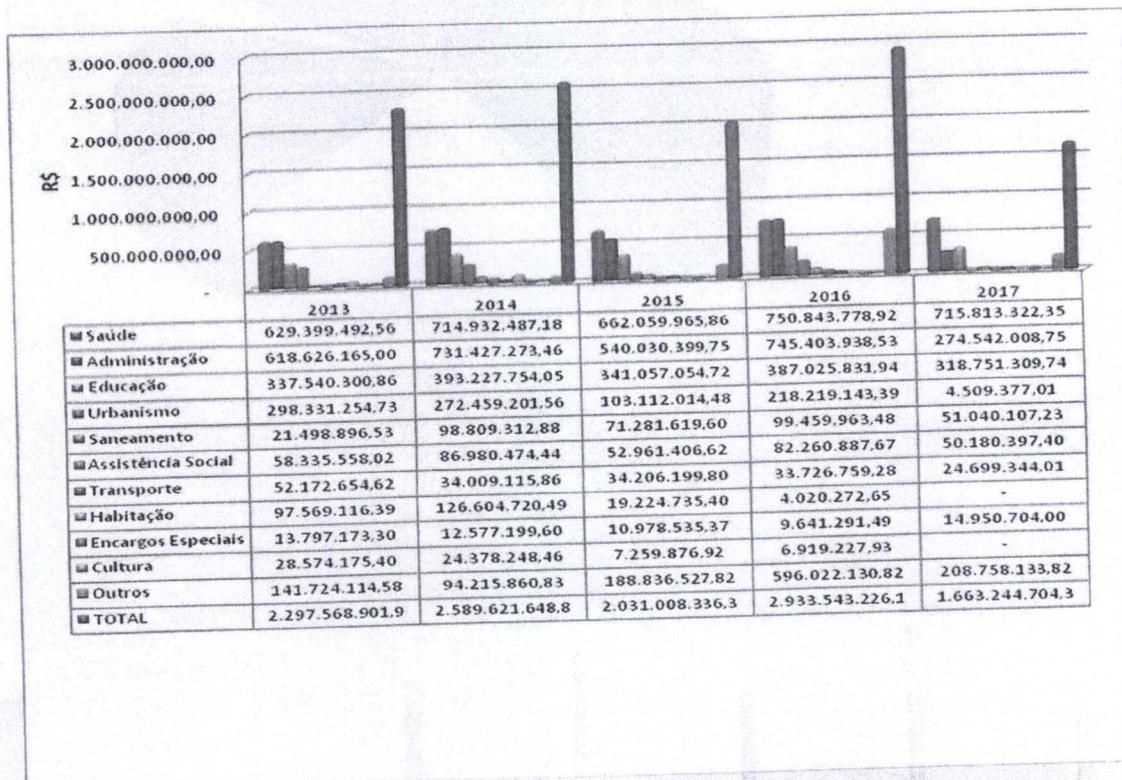
O quadro e gráfico abaixo mostra a participação percentual das despesas totais nas principais funções de governo.

FUNÇÕES	DOTAÇÃO EMPENHADA	% EMPENHADA/TOTAL
Saúde	715.813.322,35	43,04%
Administração	274.542.008,75	16,51%
Educação	318.751.309,74	19,16%
Urbanismo	4.509.377,01	0,27%
Saneamento	51.040.107,23	3,07%
Assistência Social	50.180.397,40	3,02%
Transporte	24.699.344,01	1,49%
Encargos Especiais	14.950.704,00	0,90%
Outros	208.758.133,82	12,55%
<b>TOTAL</b>	<b>1.663.244.704,31</b>	<b>100,00%</b>

*Guop*



O gráfico a seguir mostra a evolução e o comportamento ao longo do tempo das principais funções de governo.



Obs.: o item "outros" constante do gráfico refere-se a outras funções de menor relevância, que foram somados para fins de demonstração gráfica.

*[Handwritten signature]*

### DESPESA POR PROGRAMAS DE TRABALHO

Os recursos recebidos foram aplicados no desempenho das diversas funções do município, tanto na promoção de ações contínuas quanto na execução de projetos voltados diretamente à população. Na execução dos Programas da Prefeitura, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados em 2017:

PROGRAMA	ROYALTIES	ORDINÁRIO	OUTROS	TOTAL EMPENHADO	%
Gestão Institucional	277.055.836,88	505.374.935,08	212.541.145,26	994.971.917,22	59,82%
Educação de Qualidade	450.195,56	50.424.292,87	220.153.481,38	271.027.969,81	16,30%
Média e Alta Complexidade - SUS	64.584.199,00	0,00	119.652.097,53	184.236.296,53	11,08%
Modernização da Adm. Tributária	2.511.892,40	0,00	0,00	2.511.892,40	0,15%
Cidade Limpa	50.091.189,11	0,00	0,00	50.091.189,11	3,01%
Outros	12.608.071,80	8.425,00	10.638.035,45	23.254.532,25	1,40%
Assistência Médico-Hospitalar Projeto Campos Cidadão - Tarifa Social	22.767.915,63 23.513.707,75	0,00 0,00	22.586.871,48 0,00	45.354.787,11 23.513.707,75	2,73% 1,41%
Transferência de Renda	17.483.775,70	0,00	1.335.990,01	18.819.765,71	1,13%
Assistência Farmacêutica	1.996.058,58	0,00	6.771.982,36	8.768.040,94	0,53%
Gestão e Manutenção da Saúde	7.929.241,38	0,00	6.944.808,83	14.874.050,21	0,89%
Modernização da Adm. Fazendária	5.344.256,43	0,00	0,00	5.344.256,43	0,32%
Encargos Especiais	12.142.704,00	2.808.000,00	0,00	14.950.704,00	0,90%
Brilha Campos	721.848,39	186.000,00	0,00	907.848,39	0,05%
Atenção Básica	1.001.880,75	0,00	3.615.865,70	4.617.746,45	0,28%
<b>TOTAL</b>	<b>500.202.773,36</b>	<b>558.801.652,95</b>	<b>604.240.278,00</b>	<b>1.663.244.704,31</b>	<b>100%</b>

### DESPESAS POR ÓRGÃOS

O quadro a seguir demonstra o total das despesas realizadas por cada órgão da Administração Direta e Indireta.

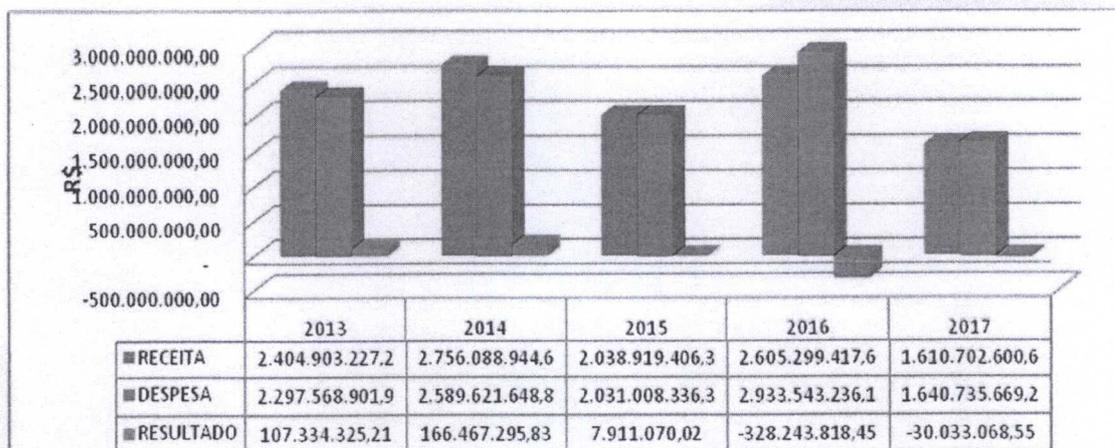
ÓRGÃOS	DESPESA EMPENHADA
Administração Direta	1.063.711.867,05
Fundo Municipal de Saúde	254.189.001,38

Fundação Municipal de Saúde	71.435.728,86
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - PREVICAMPOS	174.023.310,58
Fundo Municipal de Assistência Social	32.318.588,65
Instituto Municipal de Trânsito e Transporte - IMTT	24.699.344,01
Câmara Municipal	28.249.296,69
Fundo de Desenvolvimento de Campos - FUNDECAM	999.040,33
Fundação Municipal da Infância e Juventude - FMIJ	3.654.460,94
Fundação Municipal de Esporte	534.307,43
Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima - FCJOL	417.162,34
Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos - CODEMCA	5.944.481,97
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	1.993.523,36
Empresa Municipal de Habitação - EMHAB	946.993,24
Fundo Especial da Câmara Municipal	89.672,91
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - PROCON	7.509,57
Fundo Municipal do Meio Ambiente	30.415,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.663.244.704,31</b>

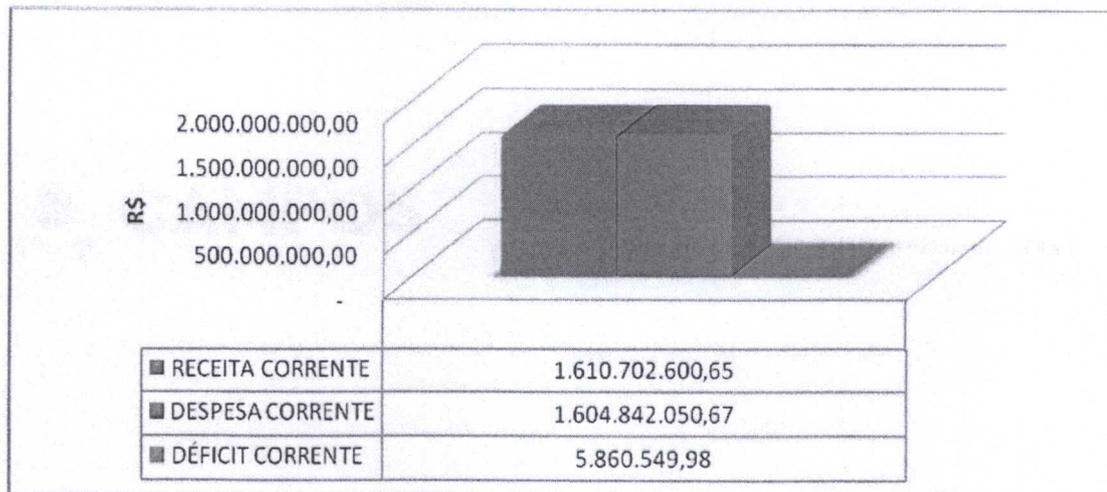
#### 4.1.3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do exercício foi um déficit no valor de R\$ 328.243.818,45 (Trezentos e vinte e oito milhões, duzentos e quarenta e três mil e oitocentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos).

O gráfico a seguir mostra a evolução das receitas e despesas nos últimos cinco anos.



Se analisarmos as Receitas Correntes no exercício de 2017, bem como as Despesas Correntes, chegaremos a um déficit corrente no valor de R\$ 30.033.068,55 (Trinta milhões, trinta e três mil, sessenta e oito reais e cinqüenta e cinco centavos).

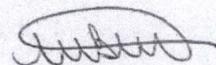


#### 4.2. GESTÃO FINANCEIRA

Conforme Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei n.º 4.320/64), a receita orçamentária arrecadada foi de R\$ 1.614.763.288,93 (Um bilhão, seiscentos e quatorze milhões, setecentos e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos) e as despesas orçamentárias foram de R\$ 1.663.244.704,31 (Um bilhão, seiscentos e sessenta três milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quatro reais e trinta e um centavos).

Insta observar um déficit entre a receita orçamentária arrecadada e as despesas orçamentárias na ordem de R\$ 48.481.415,38 (Quarenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e oito centavos).

Consta inscrições em Restos a pagar processados a quantia de R\$ 41.494.345,86 (Quarenta e um milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) e Restos a Pagar não Processados de R\$ 36.323.219,75 (Trinta e seis milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos).



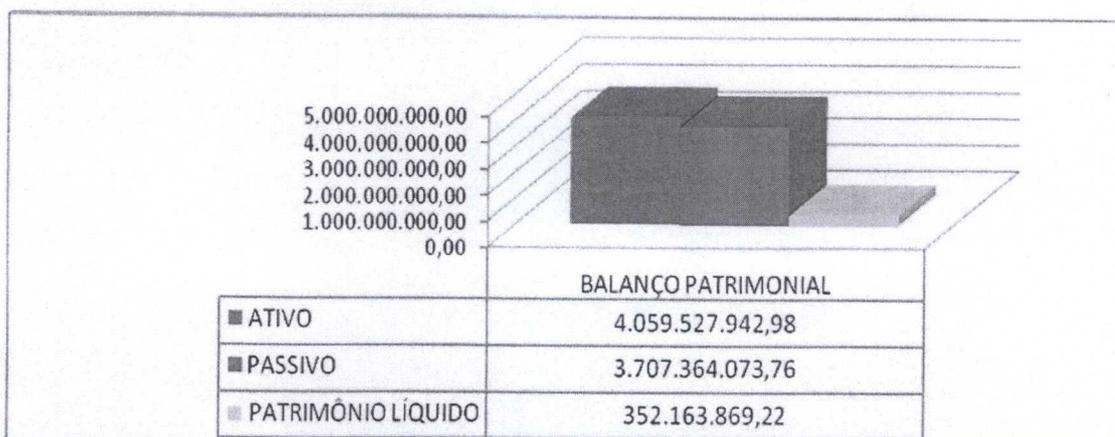
*Quoy*

## DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

O Saldo de Caixa e equivalente de caixa perfaz o valor de R\$ 70.450.594,99 (setenta milhões, quatrocentos e cinqüenta mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos).

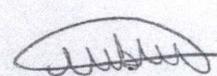
## 4.3. GESTÃO PATRIMONIAL

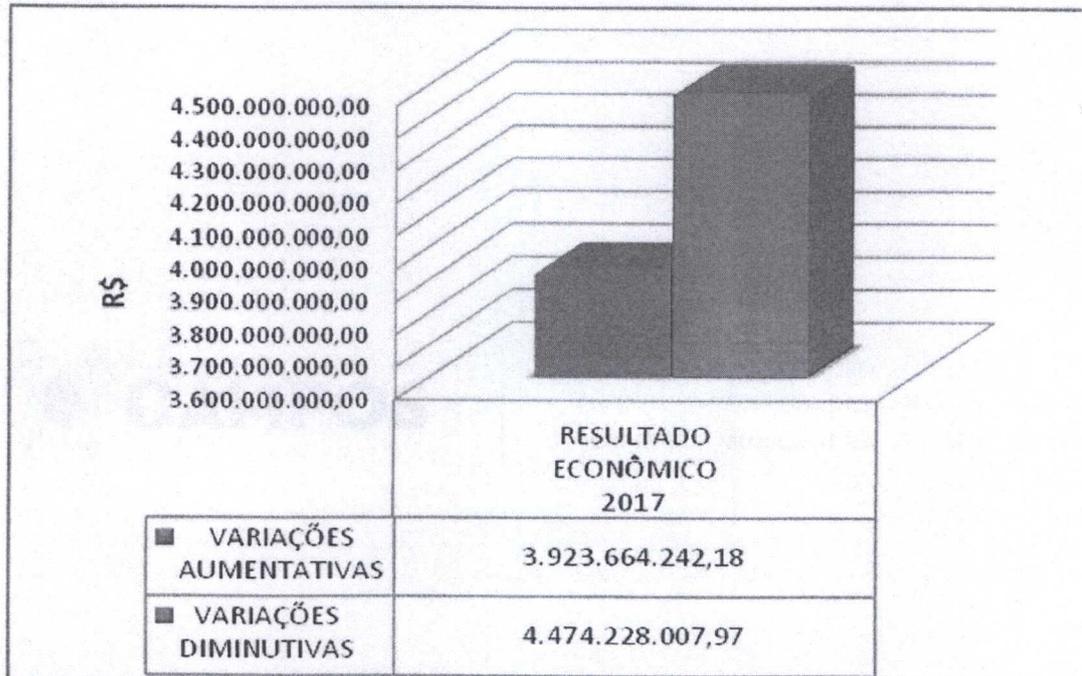
O Saldo Patrimonial da Gestão Administrativa do Exercício de 2017 totalizou R\$ 352.163.869,22 (Trezentos e cinqüenta e dois milhões, cento e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos), assim demonstrado:



## RESULTADO ECONÔMICO DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial das variações da Gestão Administrativa do exercício de 2017 foi de R\$ (550.563.765,79) (Quinhentos e cinqüenta milhões, quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos), o que implica uma situação deficitária:



## 5. CONCLUSÃO

No presente relatório foram evidenciadas que a Administração Municipal, no que tange a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, atendeu aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez primou por uma gestão orçamentária equilibrada levando em consideração a grave crise que passa o nosso País e em nosso Município sofremos os reflexos.

No que se refere à aplicação dos recursos na educação e saúde, evidenciou-se que o Município comprometeu 30,68% de seus impostos e transferências constitucionais em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, superando a aplicação mínima de 25% exigida pelo artigo 211, § 2º e Artigo 212 da Constituição Federal/88, e 51,85% em ações e serviços públicos de saúde, superando a aplicação mínima de 15% instituída através do Artigo 77, § III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quanto às impropriedades apresentadas no Relatório dessa colenda Corte de Contas, relativo à Prestação de Contas da Administração Financeira (Deliberação

*Guar*



PREFEITURA DE

**CAMPOS**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

**SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

TCE/RJ nº 199), do Município de Campos dos Goytacazes – RJ, referente ao exercício de 2016, Processo TCE/RJ encontram-se em fase de implementação para regularização das mesmas.

Finalmente, o Controle Interno avaliando o processo de Prestação de Contas do exercício de 2017 quanto aos diversos aspectos que envolvem a administração do Município de Campos dos Goytacazes no que se refere à eficiência, eficácia e efetividade, conclui que, a Prestação de Contas encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Campos dos Goytacazes, 18 de Abril de 2018.

Gisely N. Moço Barbosa

Subsecretaria Geral da Transparência e Controle

Matrícula n.º 23.696

Marcilene Barreto Nunes Daflon

Secretária Municipal da Transparência e Controle

Matrícula n.º 36.578

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS**  
**ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE PELO CONTROLE INTERNO**

**MODELO 22**

Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES		Referente ao Exercício de: 2017	
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: CONTROLE INTERNO			
DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES	AÇÕES/PROVIDÊNCIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	CATEGORIA (IMPLEMENTADA/ PARCIALMENTE IMPLEMENTADA/NÃO IMPLEMENTADA)
01- Observar o montante de superávit financeiro do exercício anterior da fonte de recursos - 224, em cumprimento ao inciso V, art.167 da CF/88. 02-Observar o envio de documentação contábil com-probatória do superávit financeiro do exercício anterior utilizado para abertura de créditos adicionais da fonte de recursos 224	ver os decretos de superávit da fonte 224.	TRANSPARENCIA E CONTROLE	IMPLEMENTADA
03- Observar as normas de execução orçamentária para as despesas públicas, proceder ao registro contábil de todas as despesas realizadas pelo município, bem como abster-se de promover o cancelamento de restos a pagar processados.	registrar as despesas não empenhadas num valor de 210.560.314,88		NÃO EMPEMENTADA, AGUARDANDO FINALIZAÇÃO DE AUDITORIA
04- observar o equilíbrio das contas municipais em cumprimento ao disposto no § 1º art. 1º LC Federal 101/00. 05- Observar a correta aplicação dos recursos do FUNDEB, em cumprimento aos artigos 70 e 71 da Lei 9394/96 c/ lei 11.494/07.	deficit financeiro de 220.298.800,35		NÃO EMPEMENTADA, AGUARDANDO FINALIZAÇÃO DE AUDITORIA
06- Observar a correta movimentação dos recursos do FUNDEB em atendimento ao art. 21 c/ Inciso I DO ART. 23 Lei 11.494/07.	Solicitar processo de licitação para comprovar a despesa de 554.392,90 com FUNDEB ressarcimento executado 17/03/2017 no valor de 2.374.020,12		IMPLEMENTADO
07- Adotar as necessárias providências para atender o disposto no art. 42 da LC 101/00 ao final da gestão. 08- Promover o empenho, liquidação e o pagamento do montante de 69.979.693,24 correspondente a diferença entre o percentual aplicado e o mínimo previsto na LC 141/12, ref. limite mínimo de 15% para Saúde	insuficiência de caixa num montante de 222.350.553,88 em 31/12/16		NÃO EMPEMENTADA, AGUARDANDO FINALIZAÇÃO DE AUDITORIA
09-Movimentar todos os recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde por intermédio do Fundo M. Saúde.	Explicação sobre os gastos da saúde, que foram pagos pelo Tesouro a partir de 2017, o Governo passou a executar os pagamentos pelo Fundo Municipal de Saúde		EM IMPLEMENTAÇÃO
10- Adotar providências para que sejam respeitadas as regras estabelecidas na lei federal 9.717/98 - RPPS	Ver os repasses a PREVICAMPOS		
11-Aprimorar o planejamento de forma a cumprir as metas previstas no anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias em face do que estabeleceu inciso I do art. 59 da LC Federal 101/00.	Resultado primário e nominal não condizem com os previstos na LDO		PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
12 - Observar os meses de fevereiro, maio e setembro para realização de audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da LC 101/00	Ver se existe calendário das audiências públicas para avaliação das metas fiscais - fev maio e set	TRANSPARENCIA E CONTROLE	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
13- Observar o correto registro das receitas nos relatórios da LRF e nos demonstrativos contábeis art. 85 da lei 4.320/64	divergencia entre as receitas de impostos apresentada na prestação de contas e no anexo 08 - divergencia de 75.723.789,93		IMPLEMENTADA
14- Para que sejam utilizados nos gastos com educação e saúde, apenas fonte de recursos de impostos e transferências art. 212 da CF/88.	divergencia nas informações sobre os gastos com educação		PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
15- Observar o disposto no § 2º art. 21 Lei 11.494/07, para abertura de crédito de superávit financeiro ref. FUNDEB, no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente ao do ingresso de recursos.	decreto para superávit do FUNDEB não foi publicado dentro do prazo que a lei do FUNDEB exige, ou seja, no primeiro trimestre	TRANSPARENCIA E CONTROLE	IMPLEMENTADO
16 - Observar a correta classificação das despesas na função 10 - saúde - art. 4º da LC 141/12. 17- Para que o executivo municipal promova audiências públicas por intermédio do gestor do SUS, de acordo com art. 36 §5º caput da LC 141/12	pagto de juros e multas de INSS como função 10	Fundo de Saúde	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
18- Observar registro de todas disponibilidades financeiras no Sigfis conforme Deliberação do TCE RJ 248/08	divergencia entre as disponibilidades financeiras registradas na contabilidade e as evidenciadas no SIGFIS	Sec. Fazenda	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
19 - Observar o registro de todos encargos e despesas compromissadas a pagar no SIGFIS	divergencia entre o valor das despesas a pagar registrada na contabilidade com o valor evidenciado a pagar no SIGFIS	Sec. Fazenda	NÃO EMPEMENTADA, AGUARDANDO FINALIZAÇÃO DE AUDITORIA
20- Adotar providências para estruturar o sistema de tributação do município visando eficiência e eficácia na cobrança, fiscalização, arrecadação e controle dos tributos art. 11 da LRF	providencias para estruturar o sistema de tributação do município visando eficiência e eficácia	Sec. Fazenda	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA

Responsável pela Elaboração	cargo: Auditor de Fundos e Indiretas
Nome: GILCE MARIA DE ALMEIDA SALES CRUZ	Data: 16/04/2018
Matricula: 36.569	Assinatura:
Responsável pelo Controle Interno	
Nome: MARCILENE BARRETO NUNES DAFLON	Data: 16/04/2018
Matricula: 36.578	Assinatura:
Prefeito Municipal	
Nome: RAFAEL PAES BARBOSA DINIZ NOGUEIRA	Data: 16/04/2018
Assinatura:	